



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 14, DE 2023

Acrescenta parágrafo único ao art. 29, da Lei Complementar n.º 19, de 3 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Prefeitura Municipal de Indianópolis, e dá outras providências.

Autor: Prefeito Municipal

Relator: Vereador MARCOS TÚLIO DA SILVA

I RELATÓRIO

Foi distribuído a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR), no último dia 7 de agosto, para parecer quanto à constitucionalidade e legalidade, o Projeto de Lei Complementar n.º 14, de 2023, de autoria do Prefeito Municipal.

O projeto é dividido em dois artigos, a saber:

O art. 1º acrescenta parágrafo único ao art. 29, da Lei Complementar n.º 19, de 3 de janeiro de 2007, com a seguinte redação: “Os servidores municipais que desempenham atividades diretamente ligadas à manutenção de estradas rurais farão jus à gratificação correspondente a 20% (vinte por cento) do piso de vencimentos dos servidores municipais de Indianópolis.”

O art. 2º contém a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação.

Instruem o projeto a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa criada pelo projeto, documento de fls. 5-7; e a declaração do ordenador de despesas de que a despesa criada tem adequação orçamentária e financeira na Lei Orçamentária de 2023, Lei n.º 2.120, de 13 de outubro de 2022, e é compatível com a Lei n.º 2.102, de 21 de junho de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2023, e com o Plano Plurianual do quadriênio 2022-2025, Lei Municipal n.º 2.055, de 1º de dezembro de 2011, documento de fl. 8.

É, síntese, o relatório.

II VOTO

O dispositivo que cria a gratificação é acrescido ao Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Prefeitura, instituído pela Lei Complementar n.º 19, de 2007.

Dispõe essa lei que o referido plano abrange somente os agentes que estão investidos em cargo público da Prefeitura Municipal.

Por essa razão, é preciso que o autor do projeto esclareça se a gratificação criada pelo projeto em estudo será concedida somente aos servidores ocupantes de cargos de



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

provimento efetivo ou em comissão (cargos públicos estatutários) ou será estendida aos servidores temporários, contratados por tempo determinado para atender necessidades de excepcional interesse público.

Compulsando-se a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa criada pelo projeto, fls. 5-7, verifica-se que não informa a despesa total com pessoal, apurada na forma do § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000), em relação à receita corrente líquida (RCL).

Essa informação é necessária para verificar se as despesas com pessoal não ultrapassam os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, requeremos a Mesa Diretora, com arrimo no art. 63, *caput* e inciso III, do Regimento Interno, seja a presente proposição baixada em diligência, para solicitar ao Prefeito Municipal o envio das informações a seguir, a fim de instruir o exame do Projeto de Lei Complementar n.º 14, de 2023:


a) Considerando-se que a gratificação está sendo criada no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal, Lei Complementar n.º 19, de 3 de janeiro de 2007, esclarecer se a vantagem pecuniária será concedida somente aos agentes legalmente investidos em cargos públicos que desempenham atividades ligadas à manutenção de estradas.

b) Explicitar as razões da diferença entre o percentual da gratificação do *caput* do art. 29, da Lei Complementar n.º 19, de 2007, (5% do vencimento base do servidor), e o da gratificação criada pelo projeto (20% do piso de vencimentos dos servidores municipais).

c) Informar a atual relação entre o montante da despesa com pessoal, apurado na forma do § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e a receita corrente líquida (RCL) do Município.

Sala das Reuniões, 16 de agosto de 2023.


MARCOS TÚLIO DA SILVA
Relator


JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)
Presidente


RAFAEL DE ALMEIDA JACÓ
Membro